

2. Família, Violência e Justiça

Apesar das transformações das atitudes em relação às crianças, muitas continuaram sendo abandonadas e/ou maltratadas física ou moralmente. Contudo, as situações de violência registram também outro lado, como nas histórias de mulheres que, ao serem obrigadas pela necessidade a abandonar um bebê, pregavam bilhetes em suas roupas com justificativas ou nomes, o que nos faz perceber os intensos conflitos que podem se ocultar sob atos geralmente condenados.

2.1 Violência familiar

Encontramos com frequência, no discurso de pais e mães da nossa cidade, a dificuldade em sustentar o lugar de autoridade. A sustentação simbólica de autoridade perdeu a solidez imaginária dada pela tradição, e assim tanto pais quanto mães se vêem na obrigação de impor limites sem saber como fazê-lo.

Deparamos-nos com adultos desorientados, fragilizados que desconhecem os fundamentos simbólicos de sua autoridade e recorrem à violência como forma de controle de seus filhos. A violência não pode ser analisada de forma simplista, principalmente na vida familiar onde ela expressa relações interpessoais.

Contudo, algo de fundamental e importante para a compreensão deste tema na relação familiar é buscar reconhecê-lo.

Bowlby, ao discorrer sobre a violência familiar, afirma:

“Na superfície, as pessoas que cometem abusos variam de frias, rígidas, obsessivas e críticas, para passivas, infelizes e desorganizadas. Ainda assim, elas têm, emocionalmente, muito em comum. Entre alguns aspectos relatados como sendo freqüentes entre mães que cometem abusos, nós descobrimos o seguinte: são predispostas a períodos de intensa ansiedade, pontuados por violentas explosões de raiva, são consideradas impulsivas e imaturas. [...] Socialmente, elas são isoladas. Não tendo ninguém mais para se dirigir, muitas delas procuram cuidado e conforto em um dos seus próprios filhos, tratando-os como se fossem mais velhos do que na realidade são. (1989, nota 146,p.87-8)

Fazendo um histórico da violência contra a criança, Gonçalves (2003) nos traz alguns relatos que atestam a existência de relações violentas entre pais e filhos desde o começo da na história da humanidade.

Entendemos como violência física a definição trazida por Guerra (2001, p.35) na qual esta é considerada como

“um ato executado com intenção, ou intenção percebida, de causar dano físico a outra pessoa. O dano físico pode ir desde a imposição de uma leve dor, passando por um tapa até o assassinato. A motivação para este ato pode ir desde uma preocupação com a segurança da criança (quando ela é espancada por ter ido para a rua) até uma hostilidade tão intensa que a morte da criança é desejada”.

Segundo a autora, é considerado maltrato físico ”qualquer ação, não acidental, por parte dos pais ou responsáveis que provoque dano físico ou enfermidade na criança”. (p.25)

A violência doméstica é um tipo de violência que acontece em todas as classes sociais e Guerra nos aponta três formas como ela se apresenta no cotidiano.

Uma das formas enumeradas é a transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança / adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional. Uma segunda forma considerada é a negação do valor liberdade; ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de

silencio. Por último, a autora percebe o processo de vitimização como forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.

Tem sido constatado que a família se torna um lugar onde acontece a maioria dos atos de violência contra a criança/adolescente, em uma violação dos seus direitos essenciais como pessoas a valores humanos fundamentais como a vida.

Vida que é ameaçada constantemente, anulada, suprimida, humilhada, ou até levada a morte.

Deparamos-nos com crianças e adolescentes que emudecem frente a este comportamento violento de seus pais ou responsáveis e quando conseguimos ouvi-los falar sobre os fatos que os levaram a estar ali, buscam justificar, encontrar alguma “falha em si” para os atos de barbárie a que são submetidos: espancamento, abuso sexual, etc.

Esta cumplicidade, este guardar segredo sobre a família vem de encontro ao estabelecimento de aliança entre os cônjuges ou parceiros que se unem e tentam não revelar a agressão que cometem contra seus filhos a terceiros.

Podemos identificar nesta citação de Cottle (apud Guerra 2001, pg 44) questões que encontramos em alguns relatos tanto de crianças quanto de adolescentes por nós ouvidos. Este autor fala sobre os sentimentos das crianças/adolescentes que sofreram violência física e são obrigadas a se calar:

“Estamos sozinhos com os nossos segredos; não há ninguém que possamos abraçar... E, se não existe contato, toque ou liberdade de falar, por assim dizer, não pode existir o sentimento de que uma pessoa está cuidando de outra. Se não consigo exprimir os meus sentimentos, não sou passível de amor, não tenho vida.”

A ausência de palavras ou a palavra mentirosa dita por um adulto, pai ou responsável pela criança ou adolescente não faz coincidir o mundo real com aquilo que é percebido e sentido pela criança/adolescente. Autores como Ferenczi e Cromberg nos falam desse jogo sedutor e mortífero dentro do qual a criança/adolescente se encontra aprisionada.

A instauração traumática se dá, segundo Ferenczi (1982), na comunicação erotizada que o adulto dirige à criança, sendo esta seduzida pelo pai ou seu substituto.

Contudo a cultura exige que não seja violado o tabu do incesto, interditando assim a expressão pela palavra. O traumático acontece, portanto nesta “confusão de línguas”: a criança tenta falar e os adultos não escutam.

Percebemos que a violência do jogo incestuoso gera uma angústia que não encontra saída ao ser reprimida, recalcada e retorna em forma de pesadelos, ou sintomas, sinais de depressão ou hipocondria como podemos observar em alguns casos de abuso sexual.

Estas crianças aparentam estar embaraçadas, algumas reticentes quanto ao nosso interesse em ouvi-las e acreditam não poder se expressar, falar com os outros, falar de sua dor e ao calar podem perder a capacidade de se emocionarem, perceberem e acreditarem em si.

Algumas crianças lidam, relacionam-se “normalmente” com os supostos agressores e demonstram afeto para com eles. Mas na grande parte dos casos que envolvem abuso sexual encontramos o que Ferenczi denomina de autoclivagem narcísica.

Segundo Ferenczi ocorre com a criança um mecanismo de defesa inconsciente através do qual é introjetada a figura do agressor; este desaparece enquanto realidade

exterior e se torna intrapsíquico. A criança/adolescente pode apresentar um comportamento aparentemente normal. Elas não demonstram estar assustadas, ou algum indício de terem sido violentadas. Apresentam um comportamento autômato, com um profundo esvaziamento psíquico, relatam se sentirem com a cabeça oca, em um sonho e depois começam a surgir reflexos em diversas áreas de sua vida, por exemplo, na escola.

Em um relato sobre abuso sexual de uma criança, a professora comunica à mãe que a menina até então tão dócil se torna rebelde e teimosa. Como nos diz Ferenczi “a criança que sofreu abuso torna-se um ser mecanicamente obediente, ou teimosa; mas não se dá mais conta das razões desta atitude”. (1933, p.352)

A clivagem é descrita por Ferenczi “como se a cabeça, ou seja, o órgão do pensamento estivesse separada do resto do corpo” (1982, p.77). A autoclivagem narcísica, uma clivagem da personalidade se dá no momento em que a grandeza da violência rompe o psiquismo infantil. Ferenczi nos assinala que

“a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico.” (1982, p.79)

Este mecanismo onde se instaura o trauma é descrito pelo autor da seguinte forma:

...”em primeiro lugar, a paralisia completa de toda a espontaneidade, logo de todo o trabalho do pensamento, inclusive estados semelhantes aos estados de choque, ou mesmo de coma, no domínio físico, e depois, a instauração de uma situação nova – deslocada – de equilíbrio” (1982, p.79)

Alguns pais ou responsáveis trazem em seus relatos a dificuldade em fazer com que seus filhos atendam os seus pedidos e reclamam que não conseguem estabelecer uma relação de autoridade e obediência com relação a eles e tentam justificar por esta falta o motivo de seu descontrole. E escolhem algum filho ou filha para ser o depositário de sua raiva, de seu desconforto, de sua violência traduzida em ato físico ou psicológico.

Para a criança o registro deste sentimento pode ter o significado de perda do afeto. Algumas meninas falam da raiva que sentiam pela mãe por baterem nelas na frente dos outros e por qualquer motivo, e de como se sentiam mais próximas ao pai.

Outras, embora tenham recebido castigos dos pais dizem não recordar este fato, ou que eles eram menos frequentes. Reprimem ressentimentos, memórias, recordações de vivências carregadas de lembranças negativas de outrora.

Contudo percebemos em seus relatos a ambigüidade de sentimentos de amor e ódio a esta figura da qual dependem dos cuidados físicos e emocionais. Freud em seu texto “Uma criança é espancada” (1919) nos assinala que:

“as afeições da menina estão fixadas no pai, que provavelmente fez tudo o que podia para conquistar o seu amor e, dessa maneira, propagou as sementes de uma atitude de rancor e rivalidade da menina em relação à sua mãe. Esta atitude existe lado a lado com uma corrente de dependência afetiva e, a medida em que os anos passam, pode atingir a consciência cada vez mais clara e forçosamente, ou dar ímpeto a uma reação excessiva de dedicação à mãe”.
(1976, p.233)

A família, como já nos mostrou a Psicanálise constitui um sistema de relações interiorizado, a família de cada um, pessoal no seu conteúdo subjetivo, sendo construída por cada indivíduo, parte como fantasia, parte como relações interiorizadas e

posteriormente projetadas no que se poderia denominar família real. (FREUD (1919), WINNICOTT (1965, 1980, 1982), ROUDINESCO (2003)

Podemos fazer a mesma pergunta de Pereira (1997, p.19)

“o que motivaria exatamente o ser humano a atentar contra o semelhante. Poderíamos considerar como preponderantes as desfavoráveis condições econômicas e sociais ou seriam atos marcados pela singularidade, implicando cada sujeito com uma história e um desejo?”

Porque pais ou responsáveis marcam tão cruelmente as vidas dessas crianças/adolescentes? O que na história daquele adulto é suscitado neste encontro com o outro, seu filho ou filha, para que ele aja de forma a causar dor, sofrimento, angústia?

Alguns pais ou responsáveis afirmam que acabam punindo fisicamente seus filhos como única forma de conseguir fazer com que obedeçam. Exercem coerção e violência para tentarem o controle, ordem, obediência e obter a disciplina que desejam.

Embora possamos perceber desconforto que suas condutas lhes auferem, apesar da culpa que afirmam sentir, eles confirmam que continuarão agindo de forma violenta com seus filhos e justificam estes atos como formas de obter um comportamento considerado adequado e correto por parte deles.

Alguns destes pais afirmam que não suportam lidar com os questionamentos e críticas de seus filhos, ou mesmo a rejeição deles a sua autoridade. Sentem-se feridos em seu narcisismo, em sua onipotência. Perdem o controle ao tentar controlar.

Lasch sustenta que:

“a sociedade contemporânea, e a família dentro dela, são atravessadas por uma crise de autoridade. Pais, sitiados pelas agências de saúde e justiça que determinam regras, procedimentos, práticas de educação infantil, modos de relação interpessoal, sitiados, enfim, em seus papéis sociais, omitem-se do exercício da paternidade e deixam de impor padrões de

certo e errado para delegar esse encargo a terceiros” (1991, p.86)

Não são poucos os que se questionam sobre o que se espera do comportamento de um pai. Alguns pedem receitas de como agir com seus filhos.

Há pais que nos falam de um mal-estar por não desejarem ser autoritários. Mas o fantasma da relação com seus próprios pais, eles dizem, continua ameaçando-os em suas lembranças. Dizem que não queriam ser como eles, intransigentes, distantes e cansados que só exerciam a autoridade com o autoritarismo, com o castigo físico, em relações marcadas pela ausência do diálogo e do afeto.

Afirmam que gostariam de não repetir o modelo familiar que vivenciaram, conhecido como “modelo de família nuclear” tradicional, o qual

“tem como atributos básicos: uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual!” (Carvalho, 2002, p.75)

Neste modelo a autoridade era exercida por alguém que mantinha o outro sob o seu comando, sendo por ele obedecido sem titubear, de forma incontestável e incondicional. Minayo (2003) pontua que no autoritarismo, os pais são autocráticos, exigem muito de seus filhos e são pouco participativos na vida deles, e exigem que eles obedeçam às regras estipuladas, sem questionamentos. Assim sendo, eles estão mais propensos ao uso de drogas e desengajamento escolar.

Nestas famílias hierárquicas *“o respeito e a obediência que eram devidos ao marido e pai eram prestados menos a uma pessoa específica, e mais a um indivíduo que*

ocupava uma posição determinada na hierarquia do grupo doméstico". (Vitale, 2002, p.82).

As figuras do pai e do mestre eram vistas como pessoas exemplares, cujas orientações dadas através de exemplos eram para serem seguidas. Pessoas com experiência de vida que compartilhavam o seu cotidiano com os filhos e alunos e cuja autoridade torna-se legítima e inquestionável.

Os pais geralmente se queixam que os filhos e filhas de hoje em dia não mais obedecem como antigamente. Falam do respeito e do temor que tinham por seus próprios pais e professores, e que não mais percebem atualmente.

A um educador menos avisado, essa descrição da "educação de antigamente" poderia evocar uma certa dose de saudosismo. Quase sempre indica, a escola de outrora persiste, ainda para muitos, como modelo almejado. Ora, não é difícil atestar que aquele tipo de disciplina era imposta a base do castigo ou da ameaça dele de acordo com as "penas necessárias". Medo, coação, subserviência. É isso que devemos mudar? De mais a mais, ambos, professor e aluno, portavam papéis e perfis muito bem delineados: o primeiro, um general de papel; o segundo, um soldadinho de chumbo. (AQUINO, 2000, p. 86)

Assim chamamos de "famílias hierárquicas" as que se apresentam no exemplo dado porque estas famílias estão calcadas em termos de papéis, por idade e por sexo. Dessa forma vemos uma distinta caracterização de papéis e de controle nas relações familiares.

Como nos aponta Vitale (2002, p.91) *"esses ideais estão associados, também, em termos genéricos, a uma moralidade calcada nos modelos de autoridade"*.

Ao narrarem suas histórias, alguns pais ou responsáveis compreendem como foi à relação que tiveram com seus próprios pais e ao se colocarem em seu lugar relatam as dificuldades por eles vivenciadas ao se sentirem desamparados, sós ou mal - tratados por seus familiares. Alguns destes pais conviveram com vários homens parceiros de suas mães, e a maioria deles, não cumpriu esta função por diversos motivos em suas vidas.

Refletem sobre como a educação tradicional era calcada na autoridade familiar dos pais sobre os filhos e como através desse tipo de educação os pais adestravam e negavam a seus filhos a sua condição de sujeito e ao falarem dessa relação de não apego, deste distanciamento emocional relatam o lugar ou o não lugar destes pais.

Esta relação nos parece refletir que faltou o estabelecimento de um vínculo afetivo que proporcionasse a qualidade de interações significativas entre adultos e crianças/adolescentes e a falta de uma relação estável e permanente de alguns deles com as pessoas que cumprem a função materna e a função paterna.

Convivendo com situações de violência contra crianças/adolescentes no dia-a-dia, lidamos com pais e mães, ou outros responsáveis pelo bem estar, pela integridade física e emocional de seus filhos que são ao mesmo tempo, contraditoriamente, os causadores de modos violentos de conviver, de oprimi-los.

Estes pais, mães ou responsáveis pela criança/adolescente nos parecem não se dar conta da importância em proporcionar um bom desenvolvimento emocional e físico aos seus filhos ao lhe fornecer um ambiente acolhedor, protetor e estável.

Winnicott pontua sobre o quão fundamental e importante é para a criança nos seus primeiros meses de vida dispor de um ambiente suficientemente estável para que possa se desenvolver. A noção de ambiente suficientemente bom implica a capacidade

da mãe (ou outro cuidador) adaptar-se às necessidades da criança, respeitando seu ritmo e proporcionando-lhe provisões que incluem tanto os aspectos materiais (alimentação, cuidados corporais, etc) quanto aspectos de ordem afetiva, que serão essenciais para a sedimentação de um sentimento de confiança básica sem o qual será impossível um desenvolvimento saudável.

É essencial neste sentido que a criança e a mãe tenham tempo para vivenciarem bons e não tão bons momentos juntos, para que neste processo cada criança possa inventar a sua mãe, como nos diz autor e assim sendo “sua própria mãe é realmente sua, porque ela (a criança) a inventou”. (Winnicott, 1979, p. 185)

Em sua teoria Winnicott nos afirma que a convivência afetivamente e fisicamente próxima pode proporcionar à criança vivenciar situações que irão permitir que ela conceba subjetivamente a sua percepção dos outros e do mundo, antes da “objetividade começar a ter algum sentido”. (op. cit p.186)

Em nossa prática com algumas das mães envolvidas em processos que envolvem maus-tratos e negligencia escutamos que por necessidades econômicas elas necessitam voltar ao trabalho o mais breve possível logo após o nascimento de seus filhos.

Assim sendo, elas acabam se distanciando destes cuidados do cotidiano que estimulam e fortalecem laços de afeto, e algumas destas mães ressaltam que por terem pouco ou quase nenhum tempo durante o dia para se dedicar a criança acreditam que causariam menos sofrimento aos filhos se eles fossem menos apegados a elas.

Contudo, a precoce desilusão e frustração que elas julgam ser necessário imprimir nesta relação que se inicia, para que a criança venha se vincular a outra pessoa que dela cuidará no dia-a-dia, não garante que traga menos dor e sofrimento a todos.

Muitas compreendem que os problemas de relacionamento e de condutas anti-sociais apresentadas por seus filhos anos depois pode ser uma consequência da ruptura prematura que ocorreu no passado. Esta mesma visão também pode ser ouvida em pais ou responsáveis das demais classes sociais que abandonam moralmente seus filhos e são representados na área do Judiciário.

Apesar de algumas mães jamais terem ouvido ou lido sobre teorias psicológicas, elas entendem e afirmam que consideram importante dispor de um tempo dando afeto e atenção aos filhos enquanto pequenos para que eles possam ser sadios emocional e fisicamente.

Deparamos-nos também com jovens mães que se sentem inseguras em sua maternagem e que, portanto pedem auxílio a avós, as suas próprias mães, ou a alguma pessoa de sua confiança. Elas, na maioria das vezes, deixam os filhos a cargo destas cuidadoras substitutas e trabalham longe de onde residem, passando grande parte do dia afastadas das crianças ou mesmo sem vê-las durante a semana.

Por isso, elas nos afirmam que acabam também por mimá-los demais, segundo elas sendo permissivas ou lhes proporcionando brinquedos para que se lembrem delas quando estão longe.

Uma destas mães nos relatou que não entendia o apego do filho a um brinquedo que ela havia comprado para ele, e ao recordar do desespero da criança quando o objeto se quebrou, refletiu e entendeu sobre a importância de um objeto específico na sua própria infância. Ela recordou que também possuía um objeto especial que não deixava ninguém pegar ou lavar, e como ela se sentiu mal quando sua mãe desapareceu com tal objeto. Necessitamos de inúmeros atendimentos para que possamos estabelecer um espaço de confiança, onde vivências possam vir ou não a tona.

Winnicott (1982) desenvolveu em sua teoria o conceito de objeto transicional, precursor da brincadeira e da função simbólica, como sendo um fator de extrema importância no processo de separação do bebê e da mãe e nela ele argumenta que:

“O objeto transicional representa o seio, ou o objeto da primeira relação e este precede o teste de realidade estabelecido. Nesta relação com o objeto transicional, o bebê passa do controle onipotente (mágico) para o controle pela manipulação. (p. 399-400)

A mãe, marcada por suas próprias experiências de infância, não compreendeu a importância do brinquedo para seu filho. Para este objeto, o bebê havia assumido direitos sobre ele e o utilizava de forma afetuosa ou não, e, portanto nunca devia ter sido mudado, a menos que ele mesmo o fizesse.

Cada mãe em particular traz suas recordações sobre o ninar, mimar, brincar, segurar, falar com seu filho. Ao recordar, algumas conseguem falar sobre como estes sentimentos ainda estão tão vívidos em suas lembranças.

Algumas mães ou responsáveis iniciam seus relatos relembando como foi a descoberta de pequenas coisas pelos filhos, do deslumbramento sobre as coisas corriqueiras como ver a chuva ou algum inseto se movendo pela casa. Assim se dão conta de que perdem muito ao estarem distanciadas deles, ocupadas em afazeres domésticos ao voltar do trabalho de um dia inteiro ou de uma semana inteira.

Não são, porém, todas as mães que entendem que a falta de contato físico e visual no trocar as fraldas, dar o banho, dar a mamadeira ou a comida pode estreitar os laços entre elas e os filhos. Por não reconhecerem estes cuidados como fundamentais

para a relação, elas dispensam esta forma de aproximação e julgam ser uma perda de tempo que não dispostas a gastar.

Contudo, algumas mães por não estarem em contato diário com os filhos se dizem ressentidas por não participarem destes cuidados e de não saberem identificar as diferenças nos choros dos filhos tão bem quanto às pessoas que ficam com elas cotidianamente. Recordam que antes sabiam instintivamente as necessidades de seus filhos, e agora eles recorrem a terceiros em busca de colo, proteção, comida e se dizem incomodadas com o abismo entre eles, e apesar de expressarem este distanciamento afetivo, elas se afastam ao invés de se aproximar deles, e ao encontrar pessoas dispostas a contribuir com os cuidados das crianças, deixam de se responsabilizar por seus próprios filhos.

Cada criança traz uma demanda, e esta demanda remetida a cada mãe a faz reviver suas próprias questões com relação a sua infância, seus pais, seus desejos.

Winnicott evidencia que:

“na infância acontecem ao bebê coisas boas e más que estão inteiramente fora do seu alcance. Na verdade, a infância é o período em que a capacidade para reunir fatores externos na área da onipotência do bebê está em processo de formação. O apoio do ego dado pela maternagem permite que o bebê viva e se desenvolva, apesar de não ser ainda capaz de controlar, ou de sentir-se responsável pelo que é bom ou mau no ambiente... O paradoxo é que o bom ou mau no ambiente do bebê não é, de fato, uma projeção mas, apesar disso, é necessário, para que o bebê-indivíduo se desenvolva sadio, que tudo lhe pareça uma projeção. Encontramos aqui em ação a onipotência e o princípio do prazer, como certamente se manifestam na primeira infância; e a esta observação podemos acrescentar que o reconhecimento de um verdadeiro “não-eu” é um assunto do intelecto; pertence a uma elaboração extrema e a maturidade do indivíduo”.(1982, p.42-3)

Nossa experiência com algumas destas mulheres que se encontram representadas judicialmente nos garantem que a prolongada separação faz com que se sintam emocionalmente mais distantes de seus filhos e julgam ser esta a causa do desapego, da falta de intimidade em lidar com as situações do cotidiano entre eles.

Em algumas dos casos que envolvem violência física, abandono ou negligência as mães nos relatam que por estarem ausentes a maior parte do dia, as crianças não as reconhecem como figura de autoridade, de conforto e segurança.

Segundo elas, as crianças passam a recusar ser cuidadas por elas, chamando ou gritando pela avó ou cuidadora e assim “o que se perdeu foi toda a área de contato afetivo” nos diz Winnicott (1978, p. 193)

Embora entendam que necessitam estarem mais próximas dos filhos, elas na maioria das vezes não buscam restabelecer a confiança perdida, investindo em carinho, atenção e cuidados.

Acreditamos que crianças precisam ter pais com os quais se identificar, um

“lar que tem por base as relações entre os pais e que tem uma função a desempenhar pelo fato de existir e sobreviver; o ódio expresso da criança, e o ódio que aparece nos desastres oníricos, que podem ser tolerados pela criança em virtude do fato do lar continuar funcionando, apesar do pior e por causa do melhor”. (Winnicott, 1978, p.205)

2.2 Violência e Justiça

Muitos pais e mães afirmam não entender porque foram denunciados à Justiça por vizinhos, parentes ou pelo Conselho Tutelar.

Cabe ao Conselho Tutelar, como uma de suas atribuições, citada no Artigo 136 do ECA, “ frente à notificação de ameaça ou desrespeito aos direitos de uma criança,

tomar providências, e imediatamente verificando o fato, com o intuito de interromper a situação de negligência ou maus-tratos a que a criança/adolescente está exposta “.

Fay afirma que a “obrigatoriedade de notificação ao Conselho Tutelar” a partir de 1990, com o ECA, é uma medida protetiva que cabe aos profissionais da educação ou da saúde que se deparam com crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos. (2004, p.133)

O Conselho Tutelar é um órgão composto de cinco membros, escolhidos de conformidade com a lei de cada município, com mandato de três anos, sendo permitida uma recondução. Dentre suas atribuições encontramos a de dar atendimento a crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido ameaçados ou violados, à criança a quem se atribua a prática de ato infracional, assim como dar atendimento aos pais ou responsável, sempre que a criança ou adolescente se encontrar em situação de risco social ou pessoal.

Segundo o documento de 2002, Série A.N.167 sobre “Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes Pelos Profissionais de Saúde Ministério da Saúde, atualmente os atos de violência e os acidentes são em grande parte a causa de mortes no quadro de mortalidade geral brasileira. Neste documento, produzido para instruir profissionais de saúde sobre os procedimentos para notificar sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes, vemos como está sinalizado o que se entende sobre a violência: esta é conceituada como uma forma de relação que se estabelece no interior das famílias ou na convivência social, é preciso denunciá-la e “desnaturalizá-la”, tratando-a como um problema a ser resolvido, buscando-se formas “civilizadas” de trabalhar com os conflitos. Nunca é demais lembrar que os conflitos são normais e até desejáveis na sociedade, pois indicam a pluralidade de visões, de desejos e projetos. O

mal, portanto, não está em expressá-los, mas em suprimir a oportunidade do debate, do diálogo e do exercício da tolerância.

O mesmo manual do Ministério da Saúde, (2002, p.11) aponta que no caso das crianças e dos adolescentes, geralmente os pais ou responsáveis tendem a acabar com as divergências de idéias e de comportamentos e com o conflito de gerações por meio de gestos e ações violentos.

Alguns pais ou responsáveis se revoltam com a tentativa de controle social e, mais ainda com a judicialização de algo que consideram dever estar restrito somente ao espaço privado de seus lares e se dizem indignados com o que julgam ser uma intromissão.

A sociedade passou por grandes transformações e algumas destas mudanças repercutiram nas instituições jurídicas e nas formas de operar o Direito. Até o século XIX, não se observava a justiça atuando em questões de caráter privado das famílias.

Fay (2004, p.21) lembra que “Atos físicos e sexuais contra crianças eram comuns na antiguidade, havendo abundantes referencias bíblicas e mitológicas sobre o fratricídio e o infanticídio.”

Caim matou Abel, enquanto Zeus seqüestrou o jovem Ganimedes para lhe servir de copeiro e amante. O livro *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, registrou as inclinações pedofílicas do imperador romano Tibério: ele se retirou para a ilha de Capri com várias crianças pequenas, as quais eram forçadas a cometerem atos sexuais vulgares e a atenderem a seus desejos pornográficos.

Segundo Gonçalves (2003) até o século XIX, a violência sexual era tornada pública através da família da vítima e a publicidade fazia parte de um jogo estratégico que visava à retribuição financeira ao dano causado. Estratégia vital para a família e

para a vítima, visto que o ressarcimento em dinheiro era a única forma de punição diante de uma lei que muito raramente castigava autores de estupro.

As punições só passaram a ser mais freqüentes com a psychologização da justiça, quando a intimidade, a privacidade e o sofrimento psíquico passam a ter algum valor. (op. cit p.80)

Mesmo hoje em dia testemunhamos a resistência de familiares no sentido de buscarem proteção para crianças/adolescentes que são submetidos à violência por pais ou familiares.

Alguns entendem que a punição física é uma forma de controle ainda aceitável de seus filhos. Com o progressivo ingresso da justiça na vida privada e o estabelecimento de regras de procedimento jurídico que permitiriam ao Estado apropriar-se da intimidade e legislar sobre a família, alguns pais tentam justificar seus atos. Invocam o cansaço de um dia exaustivo de trabalho, a pobreza que os cerca e a falta de paciência para lidar com a recusa da obediência em atender as suas demandas de silêncio, cuidados da casa e de outras crianças.

As causas do aumento das formas de violência familiar não podem ser reduzidas à pobreza e miséria como única razão de conflito entre pais e filhos na sociedade brasileira. Vemos ainda hoje na cidade do Rio de Janeiro, filhos e filhas de todas as classes sociais sendo submetidos e expostos a vários tipos de situações de negligencia, abuso e/ou violência por seus pais.

São muitas as contradições culturais da vida moderna que atingem as formas de relacionamento interpessoal e o dia-a-dia das pessoas. Algumas destas modificações do cotidiano familiar podem ter alguma relação com as práticas de violência observada contra as crianças e/ou adolescentes na cidade do Rio de Janeiro.

Podemos entender que o isolamento social da família, múltiplas condições de stress, escassas atividades de lazer e pouca possibilidade de obter ajudas e apoio em momentos difíceis de convívio familiar pode ser causadores de eventos violentos.

Portanto, não podemos atribuir a uma única causa, e muito menos dizer que há causas que possam ser definidas como condições necessárias, ou suficientes para que o ato violento ocorra.

Se antes “as restrições e controles exercidos pela vizinhança, que funcionaram no passado como fontes de fortalecimento de vínculos de solidariedade, têm sido amplamente diluídos ou eliminados da moderna sociedade urbana”. (ARAÚJO, 1993, p.391)

É esse sujeito acuado na tensão da vida moderna, que usa a agressão como recurso de sobrevivência narcísica. Este homem que recorre à violência no seu cotidiano ao mesmo tempo em que culpa a “sociedade” pela escalada da violência.

Como diz Lasch (1991, p.186) essa “sociedade”, tornada um anônimo, faz de todos inimigos, e posto que seus inimigos são anônimos, o homem (...) não pode sequer ceder à sua raiva, e acaba descarregando na família os sentimentos reprimidos.

Constatamos que a família se torna o lugar onde acontece a maioria dos atos de violência contra a criança/adolescente, em uma violação dos seus direitos essenciais como pessoas a valores humanos fundamentais como a vida, a segurança, o afeto.